

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU – PE
CONCURSO PÚBLICO 2026

CADERNO DE QUESTÕES

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

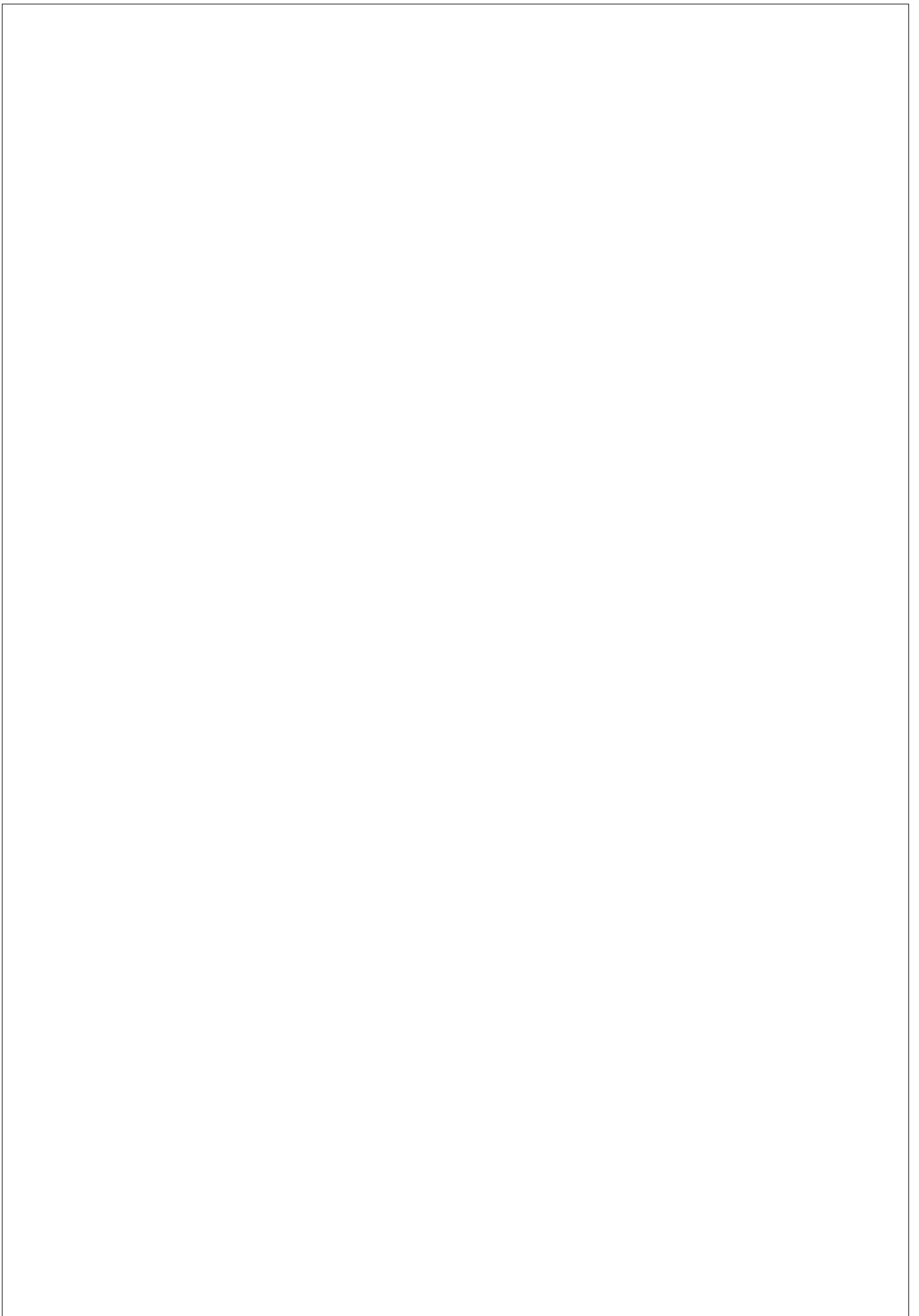
NOME:

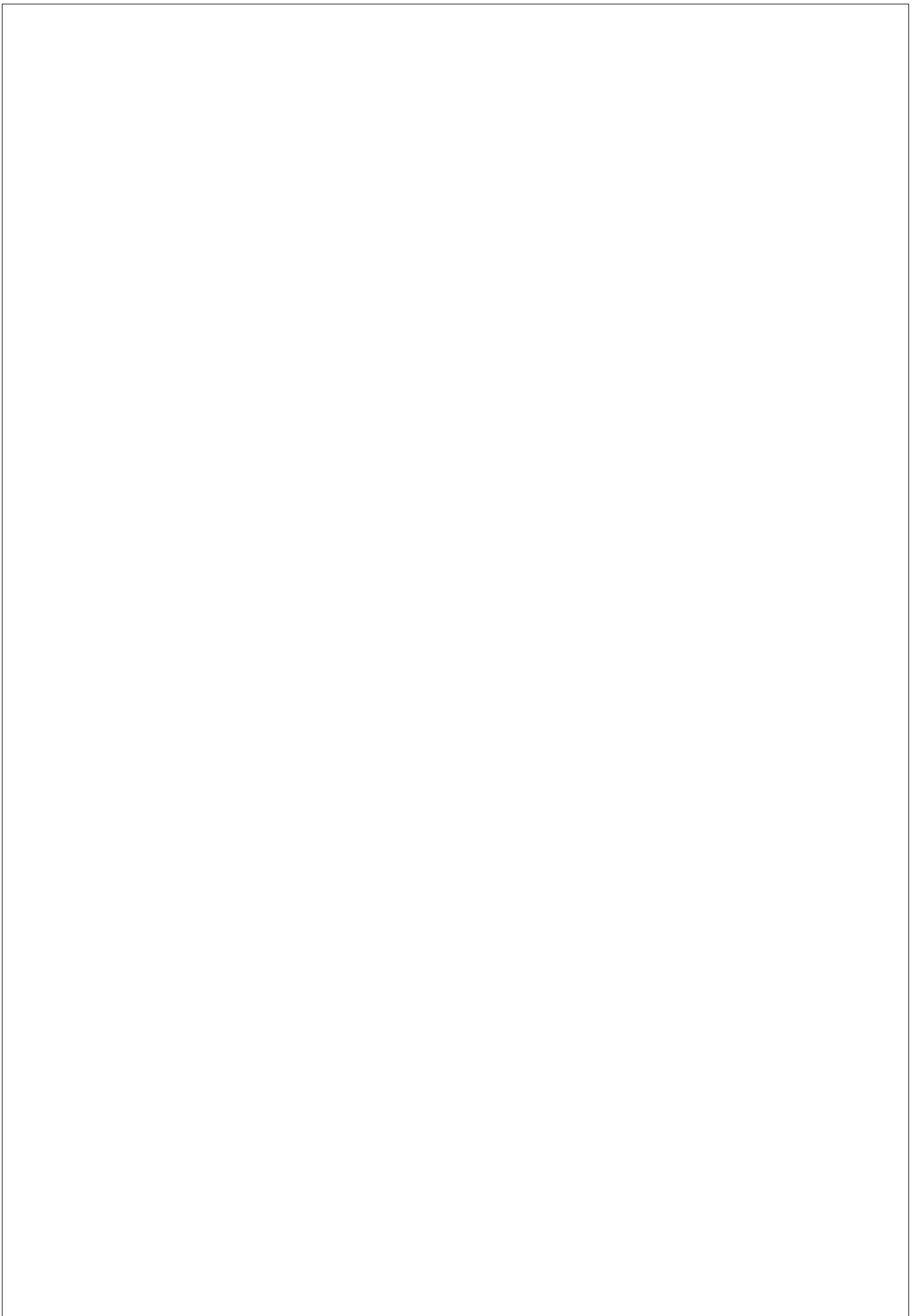
CPF:

NÍVEL: SUPERIOR
CARGO: 01 – ADVOGADO

Leia com atenção:

1. No Cartão-Resposta, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha com caneta esferográfica (tinta PRETA);
2. O Cartão-Resposta tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse Cartão-Resposta não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse;
3. A DURAÇÃO DA PROVA é de 3 horas, incluído o tempo para preenchimento do Cartão-Resposta;
4. Na prova há 40 questões de múltipla escolha, com cinco opções: A, B, C, D e E;
5. Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico (Calculadora, Celulares e etc.);
6. Só será permitido ao candidato entregar sua prova escrita após 45 (quarenta e cinco) minutos do seu início;
7. Só será permitido ao Candidato sair portando o Caderno de questões, após decorridos 2:40 (duas horas e quarenta minutos), após o efetivo início das provas;
8. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal;
9. Os 03 (três) últimos candidatos em cada sala de prova, somente poderão entregar a respectiva prova e retirarem-se do local simultaneamente, após assinarem o lacre do envelope, juntamente com os fiscais de sala;
10. Será excluído do Concurso Público o candidato que descumprir os itens acima.





1ª PARTE
12 QUESTÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO 1

“Marcela amou-me durante quinze meses e onze contos de réis; nada menos. Meu pai, logo que teve notícia da aventura, tratou de me afastar dela; mas eu resisti quanto pude. *Embora estivesse já cansado daquela vida, continuava preso ao encanto que ela exercia sobre mim.* No entanto, a razão começava a insinuar-se, e eu já não via com os mesmos olhos o que antes me parecia irresistível” (Adaptado de ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*)

01. Assinale a alternativa em que a reescrita do trecho destacado mantém o mesmo sentido e a correção gramatical:

- A. “Como estava cansado daquela vida, continuava preso ao encanto que ela exercia sobre mim.”
- B. “Apesar de estar já cansado daquela vida, continuava preso ao encanto que ela exercia sobre mim.”
- C. “Estava já cansado daquela vida, portanto continuava preso ao encanto que ela exercia sobre mim.”
- D. “Já que estava cansado daquela vida, continuava preso ao encanto que ela exercia sobre mim.”
- E. “Estava já cansado daquela vida, porque continuava preso ao encanto que ela exercia sobre mim.”

02. Ainda sobre o texto 1, assinale a alternativa correta a respeito dos pronomes presentes no texto:

- A. O pronome “me”, em “Marcela amou-me”, exerce a função de sujeito da oração.
- B. O pronome “dela”, em “me afastar dela”, retoma “a aventura”, funcionando como complemento nominal.
- C. O pronome “ela”, em “que ela exercia”, retoma “Marcela” e exerce a função de sujeito da oração subordinada.
- D. O pronome “se”, em “a razão começava a insinuar-se”, é partícula apassivadora.
- E. O pronome “o”, em “o que antes me parecia irresistível”, é artigo definido, determinando o substantivo “que”.

TEXTO 2

“Minha irmã encontrou a faca escondida na mala de nossa avó. Brincávamos de cortar folhas, talos, fingindo cozinhar como víamos fazer. Não sabíamos que aquele gesto inocente mudaria tudo. Foi num instante, um descuido, e o sangue tomou conta do silêncio da casa.

Quando arrancaram a língua de minha irmã, foi como se arrancassem também a nossa história. Ficamos presas a um silêncio que não era apenas ausência de palavras, mas um peso que carregávamos no corpo e na memória.” VI-EIRA JUNIOR, Itamar. *Torto Arado*. Salvador: Editora Todavia, 2019.

03. No trecho “**Não sabíamos que aquele gesto inocente mudaria tudo**”, a palavra “**inocente**” pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, por:

- A. Idealizado
- B. Inconsequente
- C. Leviano
- D. Imprudente
- E. Ingênuo

04. Considerando o trecho “**o sangue tomou conta do silêncio da casa**”, assinale a alternativa correta:

- A. A expressão é totalmente denotativa, pois descreve apenas um fato físico.
- B. A palavra “sangue” está empregada em sentido conotativo, indicando alegria.
- C. A expressão é denotativa, pois “silêncio” indica ausência literal de som.
- D. O trecho apresenta linguagem conotativa, pois atribui ao “silêncio” uma característica figurada.
- E. Não há presença de linguagem figurada no trecho.

05. No trecho “**...não era apenas ausência de palavras, mas um peso que carregávamos...**”, o conectivo “**mas**” estabelece relação de:

- A. Causa
- B. Consequência
- C. Contraste
- D. Explicação
- E. Conclusão

06. Assinale a alternativa em que o processo de formação de palavras está corretamente identificado:

- A. “**Desemprego** cresce no país, aponta levantamento” — derivação prefixal (G1)
- B. “**Guarda-chuva** se torna item essencial em regiões alagadas” — derivação imprópria (Folha de S.Paulo)
- C. “**Planalto** divulga nova medida econômica” — derivação sufixal (CNN Brasil)
- D. “**Refazer** políticas públicas é desafio do governo” — composição por justaposição (O Globo)
- E. “**Felizmente**, índices de vacinação aumentam no país” — derivação regressiva (UOL)

07. Assinale a alternativa em que o uso da crase está **correto**, de acordo com a norma-padrão:

- A. “Governo anuncia apoio à estudantes de baixa renda” (G1)
- B. “Ministro se refere à medidas econômicas adotadas no país” (Folha de S.Paulo)
- C. “Brasil retorna à Bahia para reforçar ações contra seca” (CNN Brasil)
- D. “Presidente faz críticas à ela durante evento oficial” (Estadão)
- E. “Relatório aponta avanços à longo prazo na educação” (O Globo)

08. Assinale a alternativa em que a concordância verbal está **correta**:

- A. “Houveram protestos em diversas capitais do país” (G1)
- B. “Fazem três anos que programa foi implementado” (UOL)
- C. “Existia diversas denúncias sobre o caso” (BBC News Brasil)
- D. “Deve haver mudanças na política econômica, dizem especialistas” (Valor Econômico)
- E. “Precisam-se de soluções urgentes para crise ambiental” (CNN Brasil)

09. No trecho a seguir, analise a forma como o discurso é apresentado: "Ela disse que não viria, mas não sei se é verdade." Qual das alternativas a seguir representa a forma correta de transformar este discurso direto em indireto?

- A. Ela disse que não viria, mas não sabia se era verdade.
- B. “Ela disse: "Não viria, mas não sei se é verdade.”
- C. Ela disse que não viria, mas não sei se era verdade.
- D. Ela disse que não viria, e não sabia se era verdade.
- E. Ela disse: "Não viria, mas não sabia se era verdade.”

10. Assinale a alternativa em que o emprego do acento gráfico está **correto**, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa:

- A. “Meus avos guardavam histórias que o tempo não apagou.” (inspirado em Graciliano Ramos — *Vidas Secas*)
- B. “Ontem ele pode sair mais cedo para ver o pôr do sol no sertão.” (inspirado em João Guimarães Rosa — *Grande Sertão: Veredas*)
- C. “Os homens tem medo do silêncio que carregam dentro de si.” (inspirado em Clarice Lispector — *A Hora da Estrela*)
- D. “Ele decidiu por o livro sobre a mesa antes de partir.” (inspirado em Machado de Assis — *Memórias Póstumas de Brás Cubas*)
- E. “Meus pais têm esperanças de dias mais tranquilos, como os de meu avô.” (inspirado em Jorge Amado — *Capitães da Areia*)

TEXTO III



(TIRONAS. *Ser ou não ser... eis a questão* (tirinha). Disponível em: tironas.blogspot.com. Acesso em: 23/04/ 2026.)

11. A construção de sentido da tirinha baseia-se em um processo de intertextualidade, pois:

- A. reproduz integralmente o sentido original da fala, sem alteração de contexto.
- B. faz referência à obra *Hamlet*, de William Shakespeare, reinterpretando-a de forma humorística em um contexto contemporâneo.
- C. apresenta uma crítica direta à linguagem teatral clássica, em diálogo com o texto original, pois ele perde o sentido em contextos atuais.
- D. elimina completamente o sentido do texto de Shakespeare, criando uma mensagem independente, característica comum da intertextualidade.
- E. utiliza linguagem técnica para explicar um conceito filosófico.

12. Considerando o uso da pontuação nesses enunciados, assinale a alternativa correta:

- A. As reticências em “Ser ou não ser...” indicam uma enumeração de ideias que serão concluídas na sequência.
- B. O ponto final após “questão.” poderia ser substituído por vírgula sem prejuízo gramatical.
- C. As reticências, nos dois enunciados, indicam suspensão do pensamento e efeito expressivo.
- D. A vírgula em “Ai, esses emos...” é obrigatória por separar sujeito e predicado.
- E. A exclamação seria mais adequada que as reticências, pois não há hesitação no discurso.

2ª PARTE
08 QUESTÕES RACIOCÍNIO LÓGICO

13. A Procuradoria municipal de Cumaru/PE designou cinco advogados — Fábio, Gisele, Hugo, Irene e Jonas — para atuar em cinco áreas distintas: tributária, administrativa, trabalhista, ambiental e patrimonial. Sabe-se que:

- I. Fábio atua na área tributária ou na área ambiental;
- II. se Gisele atua na área administrativa, então Hugo atua na área trabalhista;
- III. Irene não atua na área patrimonial, nem na área tributária, nem na área ambiental;
- IV. Jonas atua na área patrimonial;
- V. Hugo não atua na área administrativa; e
- VI. Gisele não atua na área ambiental.

Sabendo que cada advogado atua em apenas uma área, é necessariamente correto afirmar que:

- A. Fábio atua na área ambiental e Gisele atua na área administrativa.
- B. Hugo atua na área ambiental e Gisele atua na área tributária.
- C. Irene atua na área trabalhista e Hugo atua na área ambiental.
- D. Irene atua na área administrativa e Jonas atua na área patrimonial.
- E. Gisele atua na área administrativa e Hugo atua na área ambiental.

14. Em uma reunião da Procuradoria municipal, quatro procuradores — Ana, Bruno, Carla e Diego — sentaram-se em uma mesa retangular, um em cada lado, de frente um para o outro conforme a disposição: Norte, Sul, Leste e Oeste. Sabe-se que:

- I. Ana senta-se de frente para Bruno;
- II. Carla não se senta ao lado Norte;
- III. Diego senta-se à direita de Ana, considerando a perspectiva de Ana; e
- IV. quem senta-se ao Norte está de frente para quem senta-se ao Sul, e quem senta-se ao Leste está de frente para quem senta-se ao Oeste.

Se Ana senta-se ao Sul, então é correto afirmar que:

- A. Diego senta-se ao Oeste e Carla senta-se ao Leste.
- B. Carla senta-se ao Leste e Diego senta-se ao Norte.
- C. Diego senta-se ao Leste e Carla senta-se ao Oeste.
- D. Bruno senta-se ao Leste e Diego senta-se ao Oeste.
- E. Carla senta-se ao Leste e Bruno senta-se ao Oeste.

15. A Prefeitura de Cumaru/PE recebeu, em uma semana, cinco processos de execução fiscal numerados de 1 a 5. Cada processo foi distribuído em um dia diferente, de segunda a sexta-feira, e cada um tratava de um tributo distinto: IPTU, ISS, ITBI, Taxa de Licenciamento (TL) e Contribuição de Iluminação Pública (Cosip). Considere que:

- I. o processo de IPTU foi distribuído antes do processo de ISS, mas depois do processo de ITBI.
- II. o processo 3 foi distribuído na quarta-feira e tratava de Taxa de Licenciamento.
- III. o processo 1 foi distribuído na segunda-feira.
- IV. o processo de Cosip foi distribuído na sexta-feira.
- V. o processo 2 foi distribuído imediatamente após o processo de ITBI.
- VI. o número do processo distribuído na sexta-feira é maior que o número do processo distribuído na quinta-feira.

O processo de ISS tem o número:

- A. 1
- B. 2
- C. 3
- D. 4
- E. 5

16. Um advogado municipal precisa organizar a ordem de análise de seis pareceres jurídicos — P₁, P₂, P₃, P₄, P₅ e P₆ — obedecendo às seguintes restrições:

- I. P₁ deve ser analisado antes de P₃ e antes de P₅.
- II. P₂ deve ser analisado imediatamente antes de P₄.
- III. P₆ deve ser o último a ser analisado.
- IV. P₃ deve ser analisado antes de P₂.
- V. P₅ deve ser analisado antes de P₄.

Considerando todas as restrições, quantas ordens distintas de análise são possíveis?

- A. 1
- B. 2
- C. 3
- D. 4
- E. 5

17. A Procuradoria de Cumaru/PE elaborou um relatório sobre a arrecadação municipal de IPTU nos últimos cinco anos. Observou-se que a arrecadação do segundo ano foi 20% maior que a do primeiro; a do terceiro ano foi 25% menor que a do segundo; a do quarto ano foi 60% maior que a do terceiro; e a do quinto ano correspondeu à média aritmética das arrecadações do terceiro e do quarto anos. A razão entre a arrecadação do quinto ano e a arrecadação do segundo ano é:

- A. 37/40
- B. 19/20
- C. 39/40
- D. 1
- E. 41/40

18. Em uma licitação da Prefeitura de Cumaru/PE, cinco empresas — E₁, E₂, E₃, E₄ e E₅ — apresentaram propostas com valores distintos. O procurador municipal, ao analisar a classificação do menor para o maior preço, observou que:

- I. E₂ apresentou proposta de valor inferior ao de E₅.
- II. Exatamente duas empresas apresentaram propostas com valores inferiores ao de E₃.
- III. E₁ não apresentou a proposta de maior valor nem a de menor valor.
- IV. E₄ apresentou proposta de valor inferior ao de E₁.
- V. E₂ apresentou proposta com valor superior ao de E₃.

Com base nessas informações, a empresa que apresentou a proposta de menor valor foi:

- A. E₅
- B. E₃
- C. E₁
- D. E₂
- E. E₄

19. Considere a seguinte proposição:

"Se o Município cobra o IPTU e o contribuinte não paga, então é ajuizada execução fiscal ou o débito é inscrito na dívida ativa."

A negação lógica correta da proposição acima é:

- A. O Município cobra o IPTU e o contribuinte não paga e não é ajuizada execução fiscal e o débito não é inscrito na dívida ativa.
- B. O Município não cobra o IPTU ou o contribuinte paga, e não é ajuizada execução fiscal e o débito não é inscrito na dívida ativa.
- C. Se o Município não cobra o IPTU ou o contribuinte paga, então não é ajuizada execução fiscal e o débito não é inscrito na dívida ativa.
- D. O Município não cobra o IPTU e o contribuinte paga ou é ajuizada execução fiscal ou o débito é inscrito na dívida ativa.
- E. Se não é ajuizada execução fiscal e o débito não é inscrito na dívida ativa, então o Município não cobra o IPTU ou o contribuinte paga.

20. Em Cumaru/PE, cinco localidades — Centro, Ameixas, Malhadinha, Umari e Pilões — foram classificadas quanto ao número de imóveis com débitos de IPTU, da localidade com maior número de inadimplentes para a de menor, sem empates. Sabe-se que:

- I. Ameixas tem mais inadimplentes que Umari, mas menos que Centro.
- II. Malhadinha tem menos inadimplentes que Pilões.
- III. Pilões tem mais inadimplentes que Ameixas.
- IV. Malhadinha não está em último lugar na classificação.

A quantidade de ordenações possíveis, da localidade com maior para a de menor número de inadimplentes, que satisfazem simultaneamente todas as condições, é:

- A. 4
- B. 5
- C. 6
- D. 7
- E. 8

3ª PARTE

20 QUESTÕES CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. De acordo com a regra geral, os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado são considerados:

- A. Bens públicos de uso comum do povo.
- B. Bens particulares.
- C. Bens públicos de uso especial.
- D. Bens públicos dominicais.
- E. Bens particulares afetados.

22. Dentre as alternativas abaixo, assinale a única incorreta.

- A. A posse direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, anula a indireta.
- B. Todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade é considerado possuidor.
- C. É justa a posse que não for violenta, clandestina ou precária.
- D. Se duas ou mais pessoas possuírem coisa indivisa, poderá cada uma exercer sobre ela atos possessórios, contanto que não excluam os dos outros compossuidores.
- E. Detentor é aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.

23. Os acréscimos formados, sucessiva e imperceptivelmente, por depósitos e aterros naturais ao longo das margens das correntes, ou pelo desvio das águas destas denominam-se de:

- A. Avulsão
- B. Ilhas
- C. Aluvião
- D. Álveo
- E. Erosão

24. A aquisição da propriedade móvel por usucapião dar-se-á:

- A. Pela posse de coisa móvel como sua, de forma contínua e incontestada, durante cinco anos, com justo título e boa-fé.
- B. Pela posse de coisa móvel como sua, de forma contínua e incontestada, durante três anos, com justo título e boa-fé.

- C. Pela posse de coisa móvel como sua, de forma contínua e incontestada, durante três anos, independentemente de título ou boa-fé.
- D. Pela posse de coisa móvel como sua, de forma contínua e incontestada, durante um ano, com justo título e boa-fé.
- E. Pela posse de coisa móvel como sua, de forma contínua e incontestada, durante dois anos, independentemente de título ou boa-fé.

25. Ainda sobre a propriedade, julgue os itens a seguir com V para verdadeiro e F para falso.

- () O imóvel urbano que o proprietário abandonar, com a intenção de não mais o conservar em seu patrimônio, e que se não encontrar na posse de outrem, poderá ser arrecadado, como bem vago, e passar, três anos depois, à propriedade do Município ou à do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições.
- () Os efeitos da perda da propriedade imóvel por alienação serão subordinados ao registro do título transmissivo.
- () Presumir-se-á de modo absoluto a intenção de abandonar, quando, cessados os atos de posse, deixar o proprietário de satisfazer os ônus fiscais.
- () O imóvel situado na zona rural, abandonado por seu proprietário, com a intenção de não mais o conservar em seu patrimônio, e que se não encontrar na posse de outrem, poderá ser arrecadado, como bem vago, e passar, três anos depois, à propriedade da União, onde quer que ele se localize.
- () A alienação, a renúncia, a desapropriação, o perecimento da coisa e o abandono são causas de perda da propriedade.

Assinale a alternativa que indica a sequência correta:

- A. F, V, V, F, V.
- B. V, F, V, F, F.
- C. V, V, F, V, F.
- D. V, V, V, F, F.
- E. V, V, V, V, V.

26. Sobre o instituto da assistência, assinale a alternativa incorreta.

- A. Se o assistente alegar e provar que pelo estado em que recebeu o processo ou pelas declarações e pelos atos do assistido, foi impedido de produzir provas suscetíveis de influir na sentença, poderá, em processo posterior, discutir a justiça da decisão proferida no processo em que interveio, ainda que transitada em julgado a sentença.
- B. A assistência simples obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação, renuncie ao direito sobre o que se funda a ação ou transija sobre direitos controvertidos.
- C. O assistente simples atuará como auxiliar da parte principal, exercerá os mesmos poderes e sujeitar-se-á aos mesmos ônus processuais que o assistido.
- D. O assistente será considerado litisconsorte da parte principal sempre que a sentença influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido.
- E. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre.

27. Sobre a denunciação da lide é correto afirmar:

- A. A denunciação da lide só poderá ser promovida pelo réu, em sua defesa.
- B. Admite-se denunciação sucessivas, podendo o denunciado sucessivo promover nova denunciação, hipótese em que eventual direito de regresso será exercido por ação autônoma.
- C. Se o denunciado for revel, o denunciante pode deixar de prosseguir com sua defesa, eventualmente oferecida, e abster-se de recorrer, restringindo sua atuação à ação regressiva.
- D. Se o denunciado contestar o pedido formulado pelo autor, o processo prosseguirá tendo apenas o denunciado como réu.
- E. Quando a denunciação da lide for indeferida, deixar de ser promovida ou não for permitida, não será possível exercer o direito de regresso por meio de ação autônoma.

28. Assinale a alternativa incorreta.

- A. As condições da ação são: legitimidade das partes, interesse de agir e possibilidade jurídica do pedido.
- B. A ausência de qualquer das condições da ação gera a carência de ação, ocasionando a extinção sem resolução do mérito.
- C. Pela teoria da asserção, aplicável ao nosso ordenamento jurídico, o juiz deve analisar as condições da ação apenas com base no que o autor afirmou na inicial.
- D. O interesse de agir se baseia no binômio necessidade-adequação.
- E. Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.

29. Sobre os atos processuais não se pode afirmar:

- A. Em regra, os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.
- B. A prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo.
- C. Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas.
- D. Os procedimentos de jurisdição voluntária não serão processados durante as férias forenses e se suspendem pela superveniência delas.
- E. Decorrido o prazo, extingue-se o direito de praticar ou de emendar o ato processual, independentemente de declaração judicial, ficando assegurado, porém, à parte provar que não o realizou por justa causa.

30. Assinale a alternativa incorreta no tocante à revelia.

- A. Se as alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos, a revelia não produzirá o efeito de presunção de sua veracidade.
- B. Os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial.

- C. O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.
- D. Os efeitos materiais da revelia não se aplicam aos litígios que versem sobre direitos indisponíveis.
- E. O réu revel não poderá produzir provas contrapostas às alegações do autor, em razão da presunção de veracidade das alegações de fato formuladas por este.

31. Sobre os atos administrativos, não é correto afirmar:

- A. O prazo de decadência para a administração anular seus próprios atos, no caso de efeitos patrimoniais contínuos, contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.
- B. Se houver comprovação de má-fé por parte do cidadão que foi beneficiado pelo ato administrativo, a Administração poderá anulá-lo a qualquer tempo.
- C. A Administração pode anular seus próprios atos, quando evitados de vício de legalidade.
- D. A Administração pode revogar seus próprios atos por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- E. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados.

32. A licença para construção é um ato administrativo:

- A. Negocial
- B. Normativo
- C. Enunciativo
- D. Ordinatório
- E. Punitivo

33. Sobre os consórcios públicos, analise os itens a seguir:

- I. A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.
- II. O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções.
- III. O consórcio público com personalidade jurídica de direito privado integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados, tendo natureza jurídica de autarquia.
- IV. É possível a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas do consórcio público, inclusive transferências ou operações de crédito.
- V. O consórcio público está sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos de rateio.

Assinale a alternativa correta:

- A. Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- B. Há apenas um item falso.
- C. Apenas os itens III e V são falsos.
- D. Só há um item verdadeiro.
- E. Apenas os itens I, II e V são verdadeiros.

34. Sobre a desapropriação, assinale a alternativa incorreta.

- A. A desapropriação-sanção rural só pode ser feita pela União.
- B. Quando for judicial, a desapropriação por utilidade pública prescinde da fase declaratória, dispensando-se a expedição do decreto expropriatório.
- C. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.
- D. Os concessionários, permissionários, autorizatários e arrendatários poderão promover a desapropriação por utilidade pública mediante autorização expressa constante de lei ou contrato.
- E. A desapropriação-sanção será feita com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

35. Sobre a responsabilização do servidor público, é incorreto o que se afirma em:

- A. A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.
- B. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.
- C. Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.
- D. Em virtude do princípio do *non bis in idem*, as sanções civis, penais e administrativas não poderão ser cumuladas.
- E. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

36. Assinale a alternativa correta:

- A. Nenhum estado pode ter menos de 10 e mais de 40 deputados.
- B. No Senado Federal, a representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.
- C. Cada Território elegerá oito deputados.
- D. O Senado Federal é composto pelos representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos pelo sistema proporcional.
- E. Cada Senador será eleito com três suplentes.

37. Não se exige sanção do Presidente da República, quando o Congresso Nacional dispuser sobre:

- A. Transferir temporariamente a sede do Governo Federal.
- B. Limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo.
- C. Telecomunicações e radiodifusão.
- D. Subdividir ou desmembrar áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembleias Legislativas.
- E. Aprovar o estado de defesa e a intervenção federal.

38. Não faz parte dos direitos e garantias fundamentais assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 apenas:

- A. Igualdade perante a lei.
- B. Dignidade da pessoa humana.
- C. Liberdade de locomoção no território nacional em tempo de paz.
- D. Liberdade de consciência e de crença.
- E. Inviolabilidade do direito à propriedade.

39. Acerca da associação profissional ou sindical, analise os itens abaixo:

- I. A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, cabendo ao Poder Público fiscalizar a atividade da organização.
- II. É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial.
- III. O servidor público deverá filiar-se e manter-se filiado ao sindicato da categoria.
- IV. O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- V. A partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, é vedada a dispensa do empregado sindicalizado, salvo se cometer falta grave.

Estão corretos os itens:

- A. I, II e IV, apenas.
- B. II, III e V, apenas.
- C. I, II e V, apenas.
- D. II, IV e V, apenas.
- E. I, II, III, IV e V.

40. Sobre o poder constituinte estadual, é correto afirmar:

- A. O poder constituinte estadual é um poder derivado, decorrente, condicionado e subordinado, cuja validade depende da compatibilidade material, formal e principiológica com a Constituição Federal.
- B. O poder constituinte estadual deverá dispor sobre o serviço postal e o correio aéreo nacional.
- C. Através do poder constituinte estadual, é possível que o estado estabeleça um quarto poder para ampliar o sistema de freios e contrapesos.

- D. O poder constituinte estadual é originário, inicial, autônomo e juridicamente ilimitado, responsável pela criação da ordem constitucional, não se submetendo a parâmetros normativos anteriores.
- E. O poder constituinte estadual define livremente a estrutura do estado, não sofre limitações do direito anterior e não se esgota com a promulgação da Constituição.